



**FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE DIREITO PROCESSUAL**

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV (MEIOS DE IMPUGNAÇÃO E
EXECUÇÃO) – DPC 0411**

Professor responsável: Prof. Titular José Roberto dos Santos Bedaque

LISTA DE EXERCÍCIOS

1. O princípio do duplo grau de jurisdição tem natureza constitucional?
2. Qual é a distinção entre recurso e ação autônoma de impugnação?
3. Faz sentido no direito brasileiro a distinção entre recursos ordinários e extraordinários?
4. Há alguma restrição quanto às questões que podem ser objeto de recurso adesivo a ser interposto pelo recorrido?
5. Há exceções no direito brasileiro ao princípio da taxatividade?
6. Quais são os requisitos para a aplicação do princípio da fungibilidade dos recursos?
7. Há pontos de intersecção entre o juízo de admissibilidade e o juízo de mérito dos recursos?
8. Qual o órgão jurisdicional competente para o exame da admissibilidade do recurso?
9. Há distinção entre o objeto do processo e o objeto do recurso?
10. A ausência de requisito de admissibilidade do recurso pode ser relevada? Analisar a questão inclusive em relação à intempestividade.
11. Quem tem interesse em recorrer?
12. Como distinguir legitimidade e interesse em recorrer no recurso interposto por terceiro prejudicado?

13. É admissível recurso contra fundamento da sentença?
14. Disserte sobre os fatos impeditivos e extintivos do direito de recorrer e explique a natureza da desistência.
15. Analisar a controvérsia objeto do Resp. N. 1.813.684/SP e opinar sobre a solução.
16. Qual é a diferença entre a extensão e a profundidade do efeito devolutivo dos recursos?
17. Qual a relação entre coisa julgada e profundidade do efeito devolutivo dos recursos?
18. Qual é a relação entre o efeito devolutivo e a proibição da *reformatio in peius*?
19. Qual a relação entre a proibição da *reformatio in peius* e matéria cognoscível de ofício?
20. O que significa extensão subjetiva dos efeitos dos recursos?